

D-014 D-015 D-016

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 190/2022

TÉCNICO EM CONTABILIDADE / GERAL

PROVA OBJETIVA

Leia com atenção as Instruções

1. Você recebeu do fiscal um **cartão de respostas da prova objetiva** e este **caderno de questões** que contém **50 (cinquenta) questões objetivas**.
2. É sua responsabilidade verificar se o nome do cargo informado neste **caderno de questões** corresponde ao nome do cargo informado em seu **cartão de respostas**.
3. Você dispõe de **4 (quatro) horas** para realizar a prova, incluindo o preenchimento do **cartão de respostas**.
4. Somente depois de decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá retirar-se da sala de prova em caráter definitivo, obrigatoriamente entregando ao fiscal de sala o material de prova.
5. Por questão de segurança do presente Concurso Público, **NÃO** será permitido ao candidato levar o caderno de questões das Provas.
6. Será terminantemente vedado ao candidato copiar suas respostas, em qualquer fase do Concurso Público. Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o material de prova.
7. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em Ata de suas respectivas assinaturas.
8. Se você precisar de algum esclarecimento, consulte o fiscal.
9. Só será permitido ao candidato utilizar caneta esferográfica, de corpo transparente, de tinta indelével preta ou azul.

Somente após autorização para o início da prova:

1. Verifique, neste **caderno de questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se existem espaços suficientes para a marcação das respostas de todas as **questões objetivas** existentes neste caderno de questões.
3. Transcreva a frase abaixo, utilizando letra cursiva, no espaço reservado no seu **cartão de respostas**.

"Todo mundo quer aprender a falar, mas ninguém quer aprender a ouvir." Rubem Alves.

ATENÇÃO!

Para informações sobre cronograma, publicação de provas e gabaritos, consulte <http://concursos.pr4.ufrj.br>

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir e responda às questões 1, 2 e 3.

TEXTO 1**ENGORDAMOS EM PARCELAS, MAS QUEREMOS EMAGRECER À VISTA**

Atalhos para tentar perder peso culminam em padrões de pensamentos e hábitos que sabotam a própria manutenção da forma física

Diversos são os motivos que nos compelem a buscar uma versão mais magra de nós mesmos. Não raramente vislumbramos a chegada do casamento, a festa de formatura do filho ou apenas as proximidades de uma visita à praia.

Alguns podem até julgar esses motivos como banais, porém eles repercutem em uma variável importante: a autoestima. A força motriz de qualquer mudança está associada com a recompensa que essa mesma mudança nos trará. E aí mora o perigo: a busca dessa recompensa requer cuidados para não cairmos nas armadilhas das “dietas milagrosas”.

Quem aqui já não riscou esse ou aquele alimento (ou conjunto de alimentos) do cardápio esperando um mundo novo mais florido? E por que essa atitude não consegue trazer aquilo que tanto esperávamos? Ora, o consumo de alimentos está relacionado com diversos fatores, que vão dos mecanismos dentro das células do corpo ao prazer que eles trazem. Cortar algum alimento significa simplificar esses mecanismos e responsabilizar a comida, o açúcar, o sal, ou seja lá o que for pelas nossas frustrações.

Ao fazer este movimento, nos vitimizamos por escolhas do passado e retiramos dos ombros a responsabilidade pela mudança duradoura. Outro problema de culpar esses ou aqueles alimentos é que essa atitude nos coloca em uma espiral negativa. A pessoa tem que sofrer – matar-se na academia, restringir a dieta – para ter direito ao prazer de comer um item de que gosta.

Isso, aliás, faz com que muita gente parta para o que chamo de “uso de diminutivos na alimentação”. É aquilo: “Só vou comer um docinho agora, um salgadinho à tarde, um sorvotinho à noite”. Em paralelo, surge também o “superlativo do esforço”. É assim: “Hoje eu subi vários lances de escada, fiz uma baita caminhada até o trabalho”.

Essas formas de autoengano fazem o indivíduo não entender porque, apesar de supostamente ter uma vida equilibrada, ele segue sem emagrecer. Precisamos colocar o pé na realidade e inverter nossas percepções e nossos comportamentos. Podemos abrir mão de vários alimentos que chamamos pelo diminutivo e, ao mesmo tempo, buscarmos prazer com os deslocamentos e com os próprios exercícios físicos. Às vezes demora e é necessário treino, mas você chega lá.

O emagrecimento vem de pouco e pouco, em parcelas. E não é em parcelas que conseguimos adquirir nossas compras mais valiosas? Seja qual for o motivo que nos empurrou para ganhar uns quilinhos a mais, ao assumir o protagonismo da mudança, ganhamos potência e força emocional para seguir com essas alterações para a vida.

(Lancha Jr., Antônio. *Veja Saúde*, 23 ago. 2022. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/coluna/o-fim-das-dietas/engordamos-em-parcelas-mas-queremos-emagrecer-a-vista/>. Acesso em: 27 ago. 2022.)

1. Ao traçar um cenário comum a muitas pessoas que objetivam o emagrecimento, o autor:
 - A) busca sensibilizar o leitor para a ineficácia de soluções rápidas e para a importância de um emagrecimento sustentável.
 - B) encoraja o leitor a cortar alimentos mais calóricos, como o açúcar, e a praticar exercícios físicos.
 - C) ensina o leitor a identificar as armadilhas de uma dieta milagrosa e a se proteger de sua influência.
 - D) tenta acolher o leitor em suas falhas para emagrecer e a convencê-lo de que é preciso força de vontade para recusar doces.
 - E) visa persuadir o leitor de que a prática de exercícios físicos regulares dispensa cuidados maiores com a alimentação.
2. Sobre os recursos linguísticos e discursivos empregados no texto, pode-se afirmar que:
 - A) as perguntas presentes no texto funcionam como um recurso didático para que o leitor pesquise mais sobre o assunto e se convença de fugir de dietas milagrosas.
 - B) as falas e pensamentos hipotéticos funcionam como estratégia para que o leitor se identifique com o cenário descrito e se convença do ponto de vista defendido.
 - C) as falas e pensamentos hipotéticos são uma estratégia para mostrar que o autor do texto é uma autoridade no assunto e sabe muito mais sobre emagrecimento que o leitor.
 - D) a enumeração, no início do texto, de situações que nos impelem a emagrecer é usada como recurso para reduzir a importância desses motivos.
 - E) a metáfora construída no título do texto sugere que quem tem problemas com o peso pode também ter problemas financeiros.
3. Assinale a opção em que o trecho esteja em **DESACORDO** com a norma culta padrão da língua portuguesa.
 - A) “Não raramente vislumbramos a chegada do casamento, a festa de formatura do filho ou apenas as proximidades de uma visita à praia.”
 - B) “Isso, aliás, faz com que muita gente parta para o que chamo de ‘uso de diminutivos na alimentação’.”
 - C) “Essas formas de autoengano fazem o indivíduo não entender porque, apesar de supostamente ter uma vida equilibrada, ele segue sem emagrecer.”
 - D) “Seja qual for o motivo que nos empurrou para ganhar uns quilinhos a mais, ao assumir o protagonismo da mudança, ganhamos potência e força emocional para seguir com essas alterações para a vida.”
 - E) “Diversos são os motivos que nos compelem a buscar uma versão mais magra de nós mesmos.”

4. “Enquanto ___ conflitos de ordem pessoal, não será possível que ___ acordos profissionais entre as partes, ___ interesses todos têm conhecimento. ___ torcer para que um dos dois lados ___ e rompa o imbróglio.”

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da frase acima.

- A) houverem – se estabeleçam – cujos – Resta – ceda
 B) existirem – se estabeleça – a cujos – Resta – ceda
 C) existir – se estabeleçam – de cujos – Restam – cede
 D) houver – se estabeleçam – de cujos – Resta – ceda
 E) houver – se estabeleça – sobre cujos – Restam – cede
5. “Os pouco mais de 500 anos da história do Brasil foram marcados por ciclos econômicos de ocupação do território e avanço sobre a vegetação nativa, mas um terço (33%) de todo o desmatamento já registrado no país ocorreu em apenas 37 anos. [...] A perda de vegetação nativa foi de 84,7 milhões de hectares entre 1985 e 2021. [...] E a maior parte dessa área foi ocupada pela agropecuária. [...] Apesar de a maior parte (72%) dessa expansão da agricultura ter ocorrido sobre áreas já alteradas, especialmente sobre pastagens – o que é considerado um movimento positivo, pois não incentiva novos desmatamentos –, ainda se observou que 28% das lavouras foram cultivadas em áreas que tinham recentemente sido desmatadas, o que indica uma conversão direta da vegetação nativa.”

(Folha de S. Paulo, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/08/um-terco-de-todo-o-desmatamento-do-brasil-desde-1500-ocorreu-nos-ultimos-37-anos.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2022.)

Das opções abaixo, assinale aquela que preserva o sentido original do fragmento sublinhado no texto acima.

- A) Ainda que a maior parte (72%) dessa expansão da agricultura tenha ocorrido sobre áreas já alteradas, principalmente sobre pastagens – o que é considerado um movimento positivo, à medida que não incentiva novos desmatamentos –, ainda se observou que 28% das lavouras foram cultivadas em áreas que tinham recentemente sido desmatadas, o que indica uma conversão direta da vegetação nativa.
 B) Como a maior parte (72%) dessa expansão da agricultura ocorreu sobre áreas já alteradas, especialmente sobre pastagens – o que é considerado um movimento positivo, visto que não incentiva novos desmatamentos –, ainda se observou que 28% das lavouras foram cultivadas em áreas que tinham recentemente sido desmatadas, o que indica uma conversão direta da vegetação nativa.

- C) Embora a maior parte (72%) dessa expansão da agricultura tenha ocorrido sobre áreas já alteradas, principalmente sobre pastagens – o que é considerado um movimento positivo, conquanto não incentiva novos desmatamentos –, ainda se observou que 28% das lavouras foram cultivadas em áreas que tinham recentemente sido desmatadas, o que indica uma conversão direta da vegetação nativa.
 D) Não obstante a maior parte (72%) dessa expansão da agricultura ter ocorrido sobre áreas já alteradas, notadamente sobre pastagens – o que é considerado um movimento positivo, se bem que não incentiva novos desmatamentos –, ainda se observou que 28% das lavouras foram cultivadas em áreas que tinham recentemente sido desmatadas, o que indica uma conversão direta da vegetação nativa.
 E) Posto que a maior parte (72%) dessa expansão da agricultura tenha ocorrido sobre áreas já alteradas, notadamente sobre pastagens – o que é considerado um movimento positivo, uma vez que não incentiva novos desmatamentos –, ainda se observou que 28% das lavouras foram cultivadas em áreas que tinham recentemente sido desmatadas, o que indica uma conversão direta da vegetação nativa.

Leia o fragmento do poema a seguir e responda às questões 6 e 7:

TEXTO 2

O VENTO NO CANAVIAL

Não se vê no canavial
 nenhuma planta com nome,
 nenhuma planta maria,
 planta com nome de homem.

É anônimo o canavial,
 sem feições, como a campina;
 é como um mar sem navios,
 papel em branco de escrita.

É como um grande lençol
 sem dobras e sem bainha;
 penugem de moça ao sol,
 roupa lavada estendida.

Contudo há no canavial
 oculta fisionomia:
 como em pulso de relógio
 há possível melodia,

ou como de um avião
 a paisagem se organiza,
 ou há finos desenhos nas
 pedras da praça vazia. [...]

(MELO NETO, João Cabral de. *Melhores poemas*. São Paulo: Global, 2003, p. 74.)

6. O trecho acima, do poema “O vento no canavial”, de João Cabral de Melo Neto, apresenta uma reflexão marcada por dois momentos. Assinale a opção que apresenta o elemento linguístico responsável por marcar uma mudança na imagem construída no texto.
- Anônimo
 - Relógio
 - Paisagem
 - Estendida
 - Contudo
7. Ao caracterizar o canavial, o trecho reproduzido do poema é predominantemente descritivo. Assinale a opção que apresenta o principal recurso usado pelo eu-lírico para produzir essas descrições.
- Enumeração
 - Citação
 - Injunção
 - Comparação
 - Exemplificação
8. Assinale a opção em que a concordância verbal é feita corretamente.
- Apenas metade dos balanços patrimoniais foi entregue no prazo estabelecido.
 - Segundo levantamento, somente 1% do pessoal da empresa mantém seus exames de rotina em dia.
 - Existe atualmente, na região do Vale do Paraíba, boas ofertas de emprego para o setor de metalurgia.
 - Quando se faz o melhor, obtém-se as maiores recompensas.
 - Da população total do estado, somente um terço tomaram a vacina da gripe este ano.
9. “Uma parte grande da população brasileira está vivendo em condições subhumanas, e políticas públicas são necessárias para evitar a inanição.”
- Na frase acima, observa-se um problema de:
- ortografia
 - concordância
 - coerência
 - pontuação
 - acentuação

Leia o texto a seguir e responda à questão proposta.



(Campanha publicitária da Superintendência de Trânsito e Mobilidade do município de Irecê/BA)

10. O gênero textual “anúncio publicitário” tem por função divulgar produtos, serviços ou ideias e é caracterizado por uma linguagem clara e criativa. Considerando a publicidade acima, assinale a opção que **NÃO** apresenta um par de elementos postos em oposição como forma de apelo ao público-alvo pela segurança no trânsito.
- “desliga” e “se liga”
 - “acidente” e “celular”
 - “celular” e “direção”
 - “direção” e “distração”
 - “celular” e “vida”
11. Assinale a opção em que a correção gramatical **NÃO** foi observada.
- Não se deve enviar a planilha separadamente, mas anexa ao próprio e-mail.
 - Instituíram-se normas mais rígidas para os procedimentos de auditoria.
 - Eu havia comunicado-o da presença de erros no balanço, mas ele me ignorou.
 - A chefia imediata me acusou de falta de assiduidade e comprometimento.
 - Nunca o vi desempenhando tão bem suas atribuições como substituto eventual.
12. Assinale a opção correta quanto à pontuação.
- Peço-lhe apenas duas coisas; que você respeite minhas decisões e, que não tente interferir nelas.
 - Com relação a isso Mário, tenho algumas ressalvas que certamente você não conseguirá eliminar.
 - A Gerência de Administração e Finanças, setor complementar à Diretoria Financeira, promoverá um seminário em breve.
 - Informo, por intermédio deste ofício, que, todos deverão comparecer à reunião do dia 10/09 e levar os relatórios atualizados.
 - Embora não seja tarde para começar a estudar sinto que não tenho tanta disposição.

13. “[...] chegamos a um ponto em que o voto deixou de ser secreto: é fácil saber em quem nossos familiares, amigos e colegas de trabalho votarão (ou pelo menos em quem jamais votariam), pois muitos sentem a necessidade de se posicionar e de participar ativamente da guerra de narrativas que vem se intensificando nas plataformas digitais desde 2018. Nesse movimento é interessante observar [...]: ao passo que eleitores e eleitoras se mostram cada vez mais parte do processo eleitoral por meio do que curtem, comentam e compartilham nas mídias sociais, há também uma passividade, consciente ou inconsciente, em relação à disseminação de informação.”

(Folha de S. Paulo, 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/08/combater-a-desinformacao-tambem-e-uma-tarefa-individual.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2022.)

Assinale a opção em que o conectivo sublinhado empregado estabelece o mesmo tipo de relação veiculada pelo termo sublinhado no trecho acima.

- A) Todos trabalharão na sala de reuniões enquanto os eletricitas estiverem fazendo a instalação.
 B) Além da difusão de *fake news*, o desinteresse de uma parcela da população pela política prejudica o cenário eleitoral.
 C) A remuneração total dos contadores aumenta à medida que cursos de capacitação vão sendo realizados.
 D) O otimismo começa a se instalar entre os trabalhadores em virtude de melhores perspectivas salariais.
 E) Ainda que tenhamos feito um cronograma, não conseguimos finalizar o relatório a tempo.

14. Leia as frases abaixo:

I- A auditora fará uma visita à instituição hoje à qual analisará todos os contratos.

II- O diretor abordou várias lacunas a serem preenchidas no cronograma, as quais tomei nota durante a reunião.

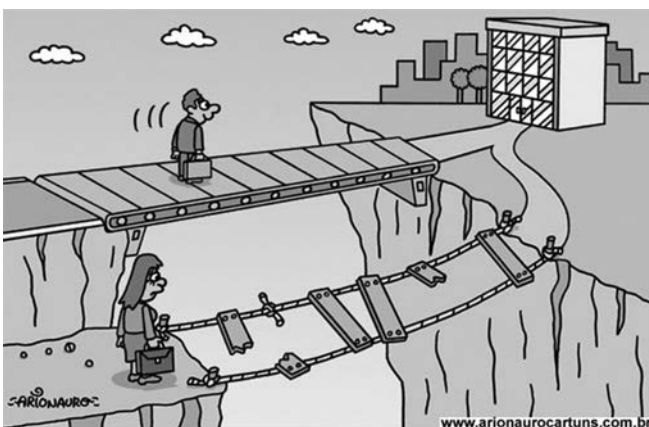
III- Há denúncias de nepotismo contra o diretor-executivo da empresa, de cuja reputação sempre desconfiei.

IV- A gerente-geral expôs abertamente a situação financeira da equipe, onde os rombos nas contas pessoais são significativos.

Marque a opção que contém a(s) frase(s) correta(s) de acordo com a norma culta padrão da língua portuguesa.

- A) III e IV
 B) II
 C) I, II e IV
 D) III
 E) I e II

15. Analise o texto abaixo e responda à questão proposta.



(Arionauro. Arionauro Cartuns, 30 maio 2022. Disponível em: <http://www.arionaurocartuns.com.br/>. Acesso em: 29 ago. 2022.)

Charge é um gênero textual de cunho satírico veiculado principalmente na imprensa e que, em geral, comporta uma crítica social relacionada a um tema de interesse público. A respeito da charge acima, pode-se afirmar que:

- A) há uma crítica à desigualdade social, retratada na falta de infraestrutura em algumas localidades.
 B) há uma sátira do excesso de luxo e conforto desfrutado pelos empresários ricos no Brasil.
 C) há um elogio da capacidade humana de galgar patamares cada vez mais elevados na carreira profissional.
 D) há uma denúncia da desigualdade de gênero na sociedade, retratada nas maiores dificuldades sofridas pelas mulheres no mercado de trabalho.
 E) há uma constatação das diferenças tecnológicas existentes entre algumas regiões brasileiras.

- 16.** “Não aspiro ____ vaga de supervisor atualmente, ____ não apresento as competências necessárias ____ exercício do cargo, _____ se deve máxima observância, _____ a recorrente falta de compromisso dos últimos ocupantes.”

Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas da frase acima.

- A) à – pois – ao – às quais – dada
 B) a – já que – ao – as quais – dada
 C) à – visto que – ao – às quais – dado
 D) à – conquanto – para o – as quais – dado
 E) a – porque – para o – nas quais – dada

- 17.** “A União Europeia (UE), por meio da sua Comissão Europeia, aprovou neste ano quatro atos legislativos que visam acelerar a aprovação e a liberação de produtos biológicos de controle de pragas, conhecidos como biopesticidas.[...] Neste contexto, o Brasil não passa de forma incólume aos efeitos da nova legislação. Ou seja, a consequência direta será o aumento do rigor das barreiras sanitárias impostas aos produtos agrícolas nos próximos anos.”

(Startups, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://startups.com.br/noticias/artigo-esg-no-agro-avanca-com-nova-lei-da-ue-e-promete-refletir-no-brasil/>. Acesso em: 27 ago. 2022.)

Assinale a opção cujos itens substituem corretamente os termos sublinhados no fragmento acima, preservando seu sentido original.

- A) perante – almejam – desprotegida
 B) mediante – buscam – ilesa
 C) por intermédio da – propagam – despercebida
 D) por determinação da – envidam – imparcial
 E) ante – obstem – desapercibida

18. Com base no texto abaixo, responda à questão proposta.



(LEITE, Willian. Will Tirando, 22 jul. 2017. Disponível em: www.willtirando.com.br. Acesso em: 29 ago. 2022.)

Conhecida por seu mau-humor e sarcasmo, Dona Anésia, ao lado da amiga Dolores, estampa as tirinhas de Willian Leite. Na situação acima, Dolores prepara uma bilhete-surpresa para Dona Anésia em homenagem ao Dia do Amigo. O humor do texto é construído a partir:

- A) da revelação da falta de domínio ortográfico de Dolores.
- B) da constatação de que as personagens dão pouca importância ao Dia do Amigo.
- C) da quebra de expectativa em relação à resposta de Dona Anésia ao agrado feito pela amiga.
- D) da conclusão de que Dolores deveria ter feito uma surpresa maior para agradar a amiga.
- E) da percepção de que Dolores e Anésia não entendem o significado do Dia do Amigo.

19. “Certa manhã, ao acordar após sonhos agitados, Gregor Samsa viu-se na sua cama, metamorfoseado num monstruoso inseto. Estava deitado de costas, umas costas tão duras como uma carapaça, e, ao levantar um pouco a cabeça, viu o seu ventre acastanhado, inchado e arredondado em anéis rígidos, sobre o qual o cobertor, quase a escorregar, dificilmente se mantinha. [...]”

(KAFKA, Franz. *A metamorfose*. Alfragide (Portugal): Editora Leya, 2009.)

Marque a opção que **NÃO** apresenta a devida correlação entre o recurso linguístico sublinhado no trecho acima e o tipo de coesão textual que produz.

- A) “umas costas” (coesão por repetição)
- B) “sobre o qual” (coesão por substituição)
- C) “sua cama” (coesão por elipse)
- D) “Estava deitado” (coesão por elipse)
- E) “viu o seu ventre” (coesão por substituição)

20. Suponha o seguinte texto enviado a um colega de trabalho por e-mail:

“João, te envio aqui as planilhas financeiras do ano passado pra te ajudar com as deste ano. Quando vc terminar, me avisa, tá? Vou ter que dar uma olhada antes de liberar. Qualquer coisa, é só chamar. Abs, Maria.”

Por se tratar de uma situação informal de comunicação, entre colegas próximos, adotou-se uma linguagem coloquial. Se o contexto fosse outro, entre colegas mais distantes, por exemplo, a redação deveria mudar. Assinale a alternativa em que o texto do e-mail é devidamente adaptado à variante formal.

- A) “Oi, João! Aí vão as planilhas financeiras do ano passado para te ajudar com as deste ano. Quando você terminar, me avisa, vou ter que dar uma olhada antes de liberar, ok? Qualquer dúvida, entra em contato. Um abraço, Maria.”
- B) “Caro João, seguem anexas as planilhas financeiras do ano passado para ajudá-lo com as deste ano. Quando terminar, por favor, avise-me, pois terei que verificá-las antes de as liberar. Se tiver alguma dúvida, entre em contato. Atenciosamente, Maria.”
- C) “João, tô enviando as planilhas financeiras do ano passado para vc ter uma base com as deste ano. Qdo. terminar, avise, porque tenho que olhar antes de liberar. Na dúvida, me chama. Abraço, Maria.”
- D) “João, estou mandando as planilhas financeiras do ano passado para te ajudar com as deste ano. Me diz qdo. fechar tudo. Vou ter que olhar antes de liberar, ok? Qualquer coisa, entra em contato. Abraço :) Maria.”
- E) “João, tudo bem? Estou enviando em anexo as planilhas financeiras do ano passado pra servir de base pra você fazer as deste ano. Quando terminar, me fala, tá? Tenho que checar antes e depois liberar. Qualquer coisa, me liga. Att, Maria.”

LEGISLAÇÃO

21. “Com o fim dos governos militares e a redemocratização do País, mostrou-se evidente a necessidade de dotar o País de uma nova Constituição. Pode-se, em uma grande síntese, afirmar que a Constituição de 1988 pretendeu dar ao Brasil a feição de uma social-democracia, de criar um verdadeiro Estado Democrático-Social de Direito, com obrigações para o Estado, passíveis de serem exigidas pela população em geral. Essa é a razão da Carta de 1988 ter recebido o epíteto de ‘Constituição Cidadã’.”

(Paulo, Vicente; Alexandrino, Marcelo. *Direito Constitucional Descomplicado*. Cidade: São Paulo. Editora: Método, 2008. Página 30)

A Constituição de 1988, em seu art. 1º, afirma que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, **EXCETO**:

- A) a autodeterminação dos povos.
- B) a soberania.
- C) a cidadania.
- D) a dignidade da pessoa humana.
- E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

22. A Constituição Federal de 1988 tratou, em seu título II (arts. 5º a 17), dos direitos fundamentais, classificando-os em individuais, sociais, de nacionalidade, políticos, de existência, organização e participação em partidos políticos. De acordo com esses direitos:

- A) é livre a manifestação de pensamento, não sendo vedado o anonimato.
- B) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, mesmo que não atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- C) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- D) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- E) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa somente em entidades civis de internação coletiva.

23. Os princípios constitucionais da administração pública estão explicitados no art. 37, a saber, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Este último princípio foi inserido pela emenda constitucional nº 19/98.

Além desses, a doutrina identifica outros princípios agregados, denominados implícitos, mas de igual importância para o estudo do Direito Constitucional.

Neste sentido, podemos afirmar que são Princípios Constitucionais Implícitos, **EXCETO**:

- A) da finalidade.
- B) da razoabilidade.
- C) da proporcionalidade.
- D) da indisponibilidade do interesse público.
- E) da igualdade do direito privado e do direito público.

24. A organização administrativa se dá por meio de normas jurídicas que regem a competência, as relações hierárquicas, a situação jurídica, as formas de atuação e controle dos órgãos e pessoas, no exercício da função administrativa. Esta organização pode ocorrer de forma centralizada, descentralizada ou desconcentrada, no âmbito das administrações direta, indireta ou dos órgãos, respectivamente.

Nessa linha de raciocínio, pode-se considerar Administração Direta, cujas funções ocorrem de forma centralizada:

- A) as autarquias.
- B) as pessoas políticas da federação, como a Presidência da República e os Ministérios.
- C) as empresas públicas.
- D) as sociedades de economia mista.
- E) as fundações públicas.

25. A lei 8.112/1990 institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. Para efeitos desta lei, pode-se afirmar que:

- A) servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público ou nomeada em função de confiança, ainda que não tenha sido investida em cargo público.
- B) cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- C) os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros, são criados por lei ou por regimento da própria instituição.
- D) é requisito básico para investidura em cargo público a idade mínima de 21 anos.
- E) a investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.

26. “Para conceituar-se a licitação, de forma objetiva, não se pode deixar de considerar dois elementos: a natureza jurídica do instituto e o objetivo a que se preordena. Fincados em tais elementos, podemos conceituar a licitação como o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico.”

(Carvalho Filho, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Cidade: São Paulo. Editora: Atlas, 2019. Página 246)

A lei 8.666/1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. De acordo com esta lei, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja acordo de vontades para a formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- B) ela estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- C) a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- D) subordinam-se ao seu regime, além dos órgãos da administração direta, as entidades da administração indireta controladas somente pela União.
- E) o procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza-se como ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

27. Com o objetivo de uniformizar as regras básicas a serem adotadas na Administração Pública, foi editada a lei 9.784/1999, destinada a regular os processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal. Nos termos desta lei, é correto afirmar que:

- A) o processo administrativo pode iniciar-se somente de ofício.
 B) são capazes, para fins de processo administrativo, somente os maiores de vinte e um anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
 C) no processo administrativo, em regra, a competência é renunciável.
 D) os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, em qualquer caso.
 E) nos processos administrativos serão observados os critérios de divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- 28.** A Administração Pública deve assegurar, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios constitucionais e as diretrizes da lei 12.527/2011. De acordo com esta lei, é correto afirmar que:
- A) é direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso à informação, por certidão ou cópia.
 B) o acesso a informações públicas será assegurado mediante o pagamento de taxa.
 C) para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente pode conter exigências, ainda que inviabilizem a solicitação.
 D) o acesso à informação não compreende os direitos de obter informação primária.
 E) a Administração Pública pode exigir os motivos determinantes da solicitação de informação de interesse público.
- 29.** A participação do cidadão na gestão pública é de fundamental importância para a consolidação da democracia brasileira. Ainda que a Constituição Federal de 1988 tenha previsto, no art. 37, §3º, a participação do usuário na administração pública direta e indireta, somente em 2017, com a publicação da lei 13.460, efetivou-se a participação social por meio de canais de mediação entre o poder público e a sociedade, com o estabelecimento de normas básicas, visando à proteção e à defesa dos direitos do usuário.
- Considerando os dispositivos desta lei, é correto afirmar que:
- A) os órgãos e entidades abrangidos por esta lei devem divulgar Carta de Serviços ao Usuário, com informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados.
 B) os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, segurança, especialidade e pagamento de taxas.
 C) usuário é somente a pessoa física que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público.
 D) entre os direitos básicos do usuário não está incluído o acesso ao agente público encarregado de receber manifestações.
 E) os agentes públicos e prestadores de serviços públicos devem observar, na prestação dos serviços, a adequação entre meios e fins, podendo estabelecer exigências, obrigações, restrições e sanções, ainda que não previstas em lei.
- 30.** De acordo com o Decreto 1.171/1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é **INCORRETO** afirmar que:
- A) a função pública deve ser considerada como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público.
 B) o trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar.
 C) nem toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.
 D) a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida a ideia de que o fim é sempre o bem comum.
 E) toda pessoa tem direito à verdade, e o servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- ### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
- 31.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro são:
- A) vedados, sem prévia autorização legislativa, salvo quando determinado pelo Poder Judiciário no âmbito das atividades da saúde, da educação e da previdência social.
 B) vedados, sem prévia autorização legislativa. Poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa.
 C) vedados, sem prévia determinação judicial, salvo quando autorizado pelo Poder Executivo no âmbito das atividades da saúde, da educação e da previdência social.
 D) expressamente proibidos, uma vez que após a publicação da Lei Orçamentária Anual não é mais possível alterar as categorias de programação.
 E) permitidos, desde que solicitados previamente à Secretaria de Orçamento Federal, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).
- 32.** Em 2015, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 86, que especificou uma parte da execução da programação orçamentária, tornando-a obrigatória. Essa alteração constitucional determina que:
- A) As emendas de iniciativa de bancada ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

- B) As emendas de iniciativa de bancada ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que 25% (vinte e cinco por cento) deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- C) As emendas de iniciativa de bancada ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que 60% (sessenta por cento) será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- D) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- E) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, sendo que um terço deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- 33.** A Emenda Constitucional nº 102/2019 incluiu no orçamento público um novo anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento. De acordo com o texto constitucional, esse anexo deverá integrar:
- A) a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes
- B) a lei orçamentária anual, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes.
- C) o plano plurianual para o exercício a que se refere e o exercício subsequente.
- D) a lei orçamentária anual, para o exercício a que se refere e o exercício subsequente.
- E) o plano plurianual, para o exercício a que se refere e para os 2 (dois) exercícios subsequentes.
- 34.** Sobre a lei orçamentária anual é correto afirmar que:
- A) Em razão do princípio da anualidade, não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- B) Poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento, o que pode ser considerado uma ampliação do princípio da exclusividade.
- C) Deverá conter dotações das despesas fixadas para os 4 (quatro) exercícios seguintes, alinhadas ao plano plurianual, com a especificação dos investimentos que ultrapassarão o exercício e aqueles em andamento.
- D) Deverá conter dotações de despesas fixadas para o exercício seguinte, exceto aquelas que se referem às despesas estimativas, que serão contabilizadas como extraorçamentárias.
- E) Poderá conter previsões de receitas para exercícios seguintes, com especificação das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- 35.** Conforme dispõe a Lei nº 4.320/1964, imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas:
- A) bimestrais da despesa que cada órgão fica autorizado a utilizar.
- B) semestrais da despesa que cada órgão fica autorizado a utilizar.
- C) bimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- D) mensais da despesa que cada órgão fica autorizado a utilizar.
- E) trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- 36.** O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:
- I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida.
- II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em curso a liquidação da despesa, ou seja, de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor.
- III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas.
- IV - corresponder a compromissos assumido no exterior.
- V - restar saldo em empenho estimativo, situação em que deverá ser utilizado em exercícios futuros, tratando-se de uma exceção ao princípio da anualidade.
- Sobre as assertivas acima, pode-se afirmar que:
- A) Somente I, II e III estão corretas.
- B) Somente I e II estão corretas.
- C) I, II, III e IV estão corretas.
- D) Somente I, II e IV estão corretas.
- E) Todas estão corretas.
- 37.** A dívida flutuante **NÃO** compreende:
- A) serviços da dívida a pagar.
- B) restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- C) compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.
- D) depósitos.
- E) débitos de tesouraria.
- 38.** Analise as afirmativas a seguir, de acordo com o Decreto nº 93.872/1986:
- I - As despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.

II - Quando os recursos financeiros indicados em cláusula de contrato, convênio, acordo ou ajuste, para execução de seu objeto, forem de natureza orçamentária, não se deve mencionar o número e data da Nota de Empenho.

III - O empenho poderá exceder o saldo disponível de dotação orçamentária, assim como o cronograma de pagamento poderá exceder o limite de saques fixado, desde que autorizados pela autoridade competente.

Sobre as afirmações apresentadas, pode-se dizer que:

- A) somente I está correta.
- B) I e II estão corretas.
- C) somente III está correta.
- D) I e III estão corretas.
- E) I, II e III estão corretas.

39. Constituem fontes para abertura de créditos suplementares e especiais, **EXCETO**:

- A) anulação de dotação orçamentária autorizada em lei.
- B) superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
- C) excesso de arrecadação.
- D) economia de despesa.
- E) operações de crédito.

40. O MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP) 9ª edição, especifica os requisitos obrigatórios relacionados ao reconhecimento, mensuração e evidenciação das transações e dos eventos nas demonstrações contábeis. Em relação ao seu alcance e obrigatoriedade, é correto afirmar que em caso de eventuais conflitos com outros normativos, prevalecem:

- A) As disposições da NBC TSP relativa ao assunto, aplicando-se subsidiariamente os conceitos descritos nas demais normas, observada a seguinte ordem de observância: 1º) NBC TSP Estrutura Conceitual; 2º) Partes não revogadas das NBC T 16.1 a 16.11; 3º) MCASP 9ª edição.
- B) As disposições do MCASP 9ª edição, aplicando-se subsidiariamente os conceitos descritos nas demais normas, observada a seguinte ordem de observância: 1º) NBC TSP relativa ao assunto; 2º) Partes não revogadas das NBC T 16.1 a 16.11; 3º) NBC TSP Estrutura Conceitual.
- C) As disposições da NBC TSP Estrutura Conceitual, aplicando-se subsidiariamente os conceitos descritos nas demais normas, observada a seguinte ordem de observância: 1º) NBC TSP relativa ao assunto; 2º) Partes não revogadas das NBC T 16.1 a 16.11; 3º) MCASP 9ª edição.
- D) As disposições da NBC TSP relativa ao assunto, aplicando-se subsidiariamente os conceitos descritos nas demais normas, observada a seguinte ordem de observância: 1º) MCASP 9ª edição; 2º) NBC TSP Estrutura Conceitual; 3º) Partes não revogadas das NBC T 16.1 a 16.11.
- E) As disposições da NBC TSP Estrutura Conceitual, aplicando-se subsidiariamente os conceitos descritos nas demais normas, observada a seguinte ordem de observância: 1º) MCASP 9ª edição; 2º) NBC TSP relativa ao assunto; 3º) Partes não revogadas das NBC T 16.1 a 16.11.

41. A partir do exercício financeiro da 2022, deve ser observada a nova estrutura do código da natureza de receita orçamentária, que continua sendo composta por um código de oito dígitos numéricos e passa a ter a seguinte disposição:

A	B	C	D	EE	F	G
Categoria Econômica	Origem	Espécie	Desdobramento para identificação de peculiaridades da receita		Tipo	

O MCASP 9ª edição destaca que “D”, “EE” e “F” correspondem a desdobramentos que identificam peculiaridades ou necessidades gerenciais de cada natureza de receita, sendo que os desdobramentos “EE”, correspondentes aos 5º e 6º dígitos da codificação, separam os códigos da União daqueles específicos dos demais entes federados. Em relação aos desdobramentos “EE”, é correto afirmar que:

- A) “50” até “98” identificam códigos reservados para uso específico de Estados, Distrito Federal e Municípios.
- B) “00” até “49” identificam códigos reservados para uso específico de Estados, Distrito Federal e Municípios.
- C) “00” até “49” identificam códigos reservados exclusivamente para a União.
- D) “50” até “98” identificam códigos reservados exclusivamente para a União.
- E) “99” será utilizado para registrar exclusivamente as reservas de contingências.

42. De acordo com o MCASP 9ª edição, quando ocorre uma transferência da UFRJ para a Fundação Universitária José Bonifácio, que é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, deverá ser utilizada a modalidade de aplicação:

- A) 40
- B) 91
- C) 30
- D) 50
- E) 90

43. Renato, técnico em contabilidade da UFRJ, sabendo que esta autarquia federal é integrante do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, registrou corretamente a liquidação das despesas relativas ao contrato com a Prefeitura do Rio de Janeiro como:

- A) 2.1.3.1.5.04.00 e 3.3.2.3.5.02.00
- B) 2.1.3.1.2.04.00 e 3.3.2.3.2.02.00
- C) 2.1.3.1.3.04.00 e 3.3.2.3.3.02.00
- D) 2.1.3.1.4.04.00 e 3.3.2.3.4.02.00
- E) 2.1.3.1.1.04.00 e 3.3.2.3.1.02.00

44. A NBC TSP Estrutura Conceitual dispõe que as características qualitativas da informação incluída nos RCPGs são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade. A respeito da representação fidedigna, a referida norma afirma que:

- A) A seleção e a apresentação das informações financeiras e não financeiras devem ser feitas com a intenção de se atingir um resultado particular predeterminado.

- B) É a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.
- C) É sempre possível verificar a exatidão de todas as representações quantitativas e qualitativas das informações para o período a que se referem as demonstrações contábeis.
- D) Representa um fenômeno que deve corresponder necessariamente à sua forma jurídica.
- E) É alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
45. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, **NÃO** é considerada uma base de mensuração para os passivos são:
- A) preço presumido.
B) custo histórico.
C) valor de mercado.
D) custo de liberação.
E) preço líquido de venda.

46. Suponha que os dados a seguir tenham sido retirados do Balanço Orçamentário da UFRJ de 2021. Observe o quadro a seguir:

QUADRO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS:

PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA
320.000,00	360.000,00	330.000,00

QUADRO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS:

DOTAÇÃO INICIAL	320.000,00
DOTAÇÃO ATUALIZADA	360.000,00
DESPESAS EMPENHADAS	320.000,00
DESPESAS LIQUIDADAS	300.000,00
DESPESAS PAGAS	280.000,00

O resultado orçamentário da UFRJ em 2021 foi de:

- A) 30.000,00
B) 40.000,00
C) 10.000,00
D) 50.000,00
E) Nulo
47. Ao elaborar o Balanço Financeiro da UFRJ de 2021, um técnico em contabilidade observou e analisou os seguintes lançamentos:

INGRESSOS/DISPÊNDIOS	Valores em R\$
Saldo do Exercício Anterior	23.000,00
Pagamento de Depósitos Restituíveis	5.000,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	56.000,00
Receita Orçamentária Ordinária	330.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	48.500,00
Despesa Orçamentária Vinculada	67.500,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	33.000,00

Receita Orçamentária Vinculada	70.000,00
Recebimento de Depósitos Restituíveis	7.500,00
Despesa Orçamentária Ordinária	320.000,00
Inscrição em Restos a Pagar	73.500,00

Considerando a estrutura do Balanço Financeiro, conforme MCASP 9ª edição, o "Saldo para o Exercício Seguinte" apurado pelo servidor foi de:

- A) 63.000,00
B) 83.500,00
C) 86.000,00
D) 61.000,00
E) 58.500,00

48. Segundo a Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a uma cláusula necessária em todo contrato:

- A) objeto.
B) regime de execução ou forma de fornecimento.
C) preço e as condições de pagamento.
D) prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo.
E) garantia.

49. Conforme disposto na Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, a despesa com pessoal do Poder Executivo na esfera federal **NÃO** poderá exceder:

- A) 37,9%
B) 49%
C) 43,9%
D) 40,9%
E) 54%

50. Pelo exposto na Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito:

- A) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
B) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
C) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
D) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
E) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.



UFRJ
